

CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA IES

30 DE ABRIL DE 2007

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado e das
Finanças;

Excelentíssimo Senhor Ministro da Presidência;

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça;

Excelentíssimo Senhor Governador do Banco de
Portugal;

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos
Assuntos Fiscais;

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da
Justiça;

Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos
Advogados;

Excelentíssimos Senhores Directores Gerais;

Excelentíssimos Senhores Convidados;

Órgãos da Comunicação Social;

Colegas Técnicos Oficiais de Contas.

Faltam-me as palavras que expressem condignamente a gratidão que sentimos por este acto simbólico e de enorme significado na vida das empresas portuguesas, acontecer na casa dos Técnicos Oficiais de Contas.

A nossa gratidão não tem limites, mas na verdade, através do nosso inconformismo, da nossa crítica construtiva, da nossa visão dinâmica da sociedade, conquistamos com o nosso esforço o reconhecimento que este acto representa.

Ele, para além de mais uma iniciativa, de entre as muitas, no domínio da simplificação que o governo tem vindo a implementar, é, acima de tudo, a criação de um novo conceito de uma nova maneira de estar e exercer a gestão da causa pública, no que concerne ao relacionamento entre as empresas e a sociedade em que se inserem.

Para além de uma visão integrada do conjunto das necessidades sociais no domínio da informação, ele representa um corte radical nas concepções inadequadas à gestão moderna de uma sociedade, onde a propriedade da informação não é de ninguém, deste ou daquele serviço ou departamento, mas sim dos interesses sociais, vistos estes numa óptica de uma gestão interligada e harmonizada entre si.

Com a sua implementação, eliminam-se um conjunto de actos para as empresas, na grande maioria repetitivos entre si, variando apenas na forma como cada entidade via ou trabalhava a informação que necessitava para o cumprimento da sua função social.

A concentração daquela informação num acto único aproxima as empresas da gestão da causa pública, revelando também por seu lado preocupações de funcionalidade e sem necessidade de se tornarem incomportáveis para o funcionamento normal das empresas.

A forma da sua execução, para além de representar um enorme avanço nos métodos tradicionais do relacionamento da Administração Pública com as empresas, propicia uma maior comodidade aos profissionais intervenientes e um caudal de informação de enorme utilidade, possibilitando uma leitura mais realista da situação económica das empresas e da economia nacional.

Os Técnicos Oficiais de Contas, únicos profissionais a quem é cometida a responsabilidade da comunicação dos dados, já demonstraram com a desmaterialização das declarações fiscais, estarem à altura do desafio que esta nova funcionalidade lhes coloca, e, não tenho dúvidas, vencerão mais esta

importante batalha da modernização da sociedade portuguesa.

Já levamos a todo o território Nacional, com base em sedes de distrito acções de sensibilização para esta nova funcionalidade, nas quais participaram as diversas entidades envolvidas DGCI, DGITA, DGRN e INE, propiciando por essa via um primeiro contacto dos profissionais com a nova realidade funcional emergente da IES.

É natural que alguns profissionais tenham necessidade de repensar os seus equipamentos e soluções informáticas, pensando fazer todo o sentido que no âmbito do novo quadro comunitário de apoio se preveja uma linha de crédito para a modernização dos escritórios dos profissionais.

O muito que eles já deram para a modernização da sociedade portuguesa, justifica uma visão diferente do papel que estes profissionais desde há muito desempenham na consolidação da economia portuguesa e na gestão do Sistema Fiscal.

Temos procurado, ter uma visão dinâmica da sociedade, tentando através da crítica construtiva apresentar soluções para as situações que se nos afiguram inadequadas a nossa realidade.

Temos procurado desassossegá-lo com a nossa intervenção o comodismo próprio da falta de criatividade, mas não nos temos limitado à crítica pela crítica, mas alicerçar essa crítica em soluções alternativas, propondo fazer diferente e fazer melhor.

Foi assim com a desmaterialização das declarações fiscais, foi assim com a abolição dos livros das empresas, foi assim com o nosso concurso para a unificação da informação e queremos que seja assim, sempre que sejamos capazes de criar, de conceber e de realizar coisas diferentes.

O actual governo, não só tem compreendido essa necessidade de mudança, mas acima de tudo tem compreendido e posto em prática as boas ideias, as que são verdadeiros factores de mudança numa sociedade excessivamente acomodada aos seus hábitos e costumes.

O Ministério da Justiça e o Ministério das Finanças, são o exemplo acabado como é possível fazer mais e melhor.

Pela nossa parte, como profissionais que vivemos as dificuldades do dia a dia das empresas, vamos continuar a desassossegá-lo, vamos continuar a dar o nosso melhor esforço e empenho na construção de uma sociedade em que empresas e cidadãos se

sintam cada vez melhor, cumprindo o papel que nos cabe de sermos elementos activos na mudança da sociedade em que nos inserimos.

Da parte do governo esperamos a mesma abertura de espírito que sempre tem demonstrado e uma vontade férrea de, na concertação de esforços construir uma sociedade melhor.

Nesse objectivo pode o governo contar sempre com o apoio e trabalho empenhado dos Técnicos Oficiais de Contas.